

Meu nome é Ocimar(?) de Carvalho. Obrigado pela oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo do Seu Dino) - Bem, eu quero aqui agradecer a todos. E dizer que o Ministério Público, tanto estadual quanto federal, foi convidado, como a Petrobras, assim como as colônias de pescadores, a Z-5, de Arraial do Cabo, Z-4, de Cabo Frio, Z-23, de Búzios. Mas eu quero aqui agradecer de forma especial a todos, à nossa equipe, que esteve lutando, toda a comissão.

Ah, quer fazer uma pergunta? Perdão. Pois não.

O SR. ALMIR TOFANO(?) - Boa-tarde a todos, eu sou Almir Tofano(?), sou assessor do deputado Subtenente Bernardo, sou biólogo há 12 anos, formado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro; e foi muito produtiva a fala de cada um. Inclusive, o Subtenente falou, nós temos que realmente punir. E eu estou consternado com a seguinte situação: nós já estamos em 2019, tanta tecnologia, tanta... O país tão informatizado, por que ainda todos esses órgãos, todas essas autoridades não estão atuando "linkados"? Por que isso? Por que todo mundo não está lutando por uma causa só? É o quê? É a diferença de poder? É diferença partidária? Todos nós temos um interesse só, em poder fazer o melhor para os nossos descendentes. Arraial do Cabo é uma cidade muito linda. Cabo Frio, vivi minha infância e adolescência lá, tomei banho, tomo ainda, vou para lá. E eu peço esse... Faço essa solicitação às autoridades de se conscientizarem e tentarem fazer o bem melhor para a humanidade. E principalmente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo do Seu Dino) - Mas essa é nossa intenção.

O SR. ALMIR TOFANO(?) - eu sei, eu sei. Eu sei, deputado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo do Seu Dino) - Por isso que nós estamos aqui hoje.

O SR. ALMIR TOFANO(?) - Inclusive, eu agradeço a toda essa iniciativa das autoridades presentes e faço essa prévia.

Muito obrigado, boa-tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo do Seu Dino) - Eu agradeço, de forma especial, às nossas defensoras, dra. Cintia e dra. Thaisa, ao nosso comandante da Marinha, capitão de mar e guerra André Luiz Félix, ao nosso secretário, muito obrigado por ter vindo, ter se deslocado de tão longe, Arraial, ao Ricardo Marcelo e ao Fernando, do Inea, a todos vocês e ao meu comandante aqui, meu chefe, eu também sou policial militar. E quero justificar a ausência da deputada Lucinha, que não conseguiu chegar, deixou algumas perguntas aqui, mas responderam ao longo de cada explanação. E do deputado Dr. Serginho, que teve que sair para compor a comissão da CCJ.

Então, eu agradeço a todos. Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada...

Ah, perdão, professor. Perdoe-me, professor. Eu olhei a Mesa aqui, depois de uma olhada aqui rápida, estava um pouco rabiscado. Mas, dr. David Zee, muito obrigado. E a todos vocês que se deslocaram até aqui, meu agradecimento.

Que Deus abençoe a todos. Fiquem na paz. Vou marcar nossa audiência lá.

COMISSÃO DE SANEAMENTO AMBIENTAL

ATA DA 5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos dezoito dias de junho de dois mil e dezenove, às dezenove horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara de Vereadores do Município de Niterói, reuniu-se a Comissão de Saneamento Ambiental, sob a Presidência do Senhor Deputado GUSTAVO SCHMIDT, com a presença do Senhor Deputado MARCELO DO SEU DINO, membro efetivo, para a realização da quinta Audiência Pública, conforme Edital publicado em treze de junho de dois mil e dezenove, com a finalidade de obter esclarecimentos acerca do Plano de Saneamento Ambiental e Tratamento de Chorume em Niterói. Dando início aos trabalhos, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos os presentes, em especial aos Vereadores BRUNO LESSA, PAULO EDUARDO e RENATINHO, relatou as atividades que têm sido desenvolvidas por esta Comissão, citando as vistorias e audiências públicas, com a finalidade de acompanhar, cobrar e fiscalizar a atuação pública. Em seguida, convidou para compor a Mesa os senhores HALPHY RODRIGUES, Gestor Ambiental, pela Concessionária Águas de Niterói; MARIANA SAMPAIO, Engenheira Sanitarista, Gerente de Área Técnica da Engenharia Ambiental S.A., Econit; MAURÍCIO CASTRO, Gestor do Parque Estadual da Serra da Tiririca, Peset; ELOÍSA HELENA TORRES, Engenheira Sanitarista, pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Lamentando a ausência do representante da Prefeitura Municipal de Niterói, o Senhor Presidente convidou a fazer uso da palavra, como palestrante, o Dr. WALTER PLÁCIDO, especialista em planejamento do setor de saneamento, que traçou um panorama geral da situação do saneamento, após o que, a Senhora MICHELLE BELLAS, bioquímica, apresentou o seu trabalho sobre o "estado da arte e das tecnologias de tratamento de lixiviado". Em seguida, fizeram uso da palavra os integrantes da Mesa, os Senhores: Deputado Marcelo do Seu Dino, Vereador Bruno Lessa, Halphy Rodrigues e Eloísa Helena Torres. Franqueada a palavra aos demais presentes, para perguntas e considerações, valeu-se primeiramente o Sr. DANIEL MARQUES FREDERICO, gestor ambiental, coordenador técnico desta Comissão, após o que, falaram os senhores: MARCELO CAMPOS, advogado, especialista e consultor na área de saneamento ambiental; MAURÍCIO CASTRO, sobre o Morro do Céu; SÉRGIO RICARDO, do Baía Viva; SIDNEY CASTRO, presidente da Associação de Preservação Ambiental de Várzea das Moças, Preserv; ANTÔNIO OSCAR, Conselheiro do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de Niterói; GONZALO PEREZ, Diretor Presidente do Conselho Comunitário da Região Oceânica, CCRON. Encaminhando-se para o encerramento, os senhores membros da Mesa fizeram suas considerações finais oferecendo importantes contribuições. Concluindo, em razão da relevância e teor das falas apresentadas, o senhor Presidente determinou que fossem solicitadas as transcrições oficiais do presente debate, ao Departamento de Taquigrafia da Alerj, para que passem a fazer parte integrante desta Ata, e sejam publicadas na íntegra, além de permanecerem disponíveis à consulta, na secretaria desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, e não havendo mais oradores inscritos, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente audiência pública, da qual, para constar, eu, Lina Paula Costa Carneiro, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelo senhor Presidente. Sala das Comissões, dezoito de junho de dois mil e dezenove. (a) Lina Paula Costa Carneiro, matrícula 200.932-2, Secretária, e Deputado GUSTAVO SCHMIDT, Presidente

(Notas Taquigráficas)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Dar início a mais uma audiência pública da Comissão de Saneamento da Alerj. Agradeço a todos pela presença, agradeço à Mesa e ao Deputado, nobre amigo, Marcelo do Seu Dino pela presença; ao Vereador da nossa cidade de Niterói, Bruno Lessa; ao Vereador Renatinho, que se encontra aqui na Casa.

E falar um pouco da Comissão de Saneamento Ambiental, que hoje é considerada uma das comissões permanentes da Casa que mais atua no âmbito de legislar e fiscalizar, que é o papel fundamental nosso. Já fizemos algumas vistorias, como aqui em Niterói, a vistoria das praias da nossa cidade; fizemos audiências públicas em Arraial do Cabo sobre o derramamento de óleo em que o Deputado Marcelo do Seu Dino esteve presente; fizemos audiências públicas na unidade de conservação, na cidade de Niterói; audiências públicas relacionadas também ao Psam, que é o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara. E o nosso trabalho também é fundamentado em cobrar e fiscalizar tudo que vem sendo feito de errado. E é por isso que hoje a gente convocou mais uma audiência pública para falar do Plano de Saneamento proposto pela Prefeitura de Niterói e também relacionado a questão do chorume, na nossa cidade, que já vem tendo alguns problemas, e é notório isso.

Eu gostaria de primeiramente perguntar se a Prefeitura vai apresentar algo relacionado ao Plano de Saneamento Ambiental. Quem é da Prefeitura, que está presente?

Eu quero chamar para compor a mesa o Sr. Halphy Rodrigues, Gestor Ambiental da Águas de Niterói; o Sr. Danilo Valim, Subsecretário do Setor de Concedidos da SECONSER; dona Mariana Sampaio, Gerente de Área Técnica, Engenheira Sanitarista, da Econit; Dr. Maurício Castro, Gestor do Peset; dona Eloísa Helena Torres, Secretária de Estado, Engenheira, trabalha na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

O Sr. Danilo Valim se encontra presente na Casa?

Já que a Prefeitura de Niterói foi convidada como tantos outros órgãos a estar presente nessa audiência pública, e como não vamos conseguir a exposição do Plano de Saneamento, eu gostaria de passar a palavra para o Dr. Walter Plácido, experiente internacional em planejamento do setor de saneamento.

Dr. Walter. O senhor dispõe de cinco minutos.

O SR. WALTER PLÁCIDO - Muito boa noite! Agradecer aqui o convite da comissão para contribuir com o debate sobre questões relativas ao planejamento setorial na área do saneamento.

E em cinco minutos, deputado, o que eu poderia colocar aqui é que ao mesmo tempo que nós temos que perceber que quando a gente fala dos números do saneamento a gente tem números dramáticos a apresentar para a sociedade brasileira: 80% dos municípios do Brasil não possuem rede de esgoto e abastecimento de água, cerca de 70% dos municípios do Brasil despejam lixos em lixões; os níveis de coleta seletiva e separação na fonte de resíduos com potencial de serem recicláveis é absolutamente inferior a dados que seriam naturais, com o estágio de desenvolvimento que a nossa civilização se encontra - nós estamos falando de taxas que mal chegam a 1% do que nós produzimos em termos de resíduos.

Fazer uma reflexão sobre questões do planejamento de saneamento. São questões muito caras a toda a sociedade brasileira, porque quando a gente fala de saneamento, a gente fala de saúde pública, a gente fala de respeito aos recursos hídricos: nossos rios, nossas lagoas, as baías, o oceano. Quando a gente fala de saneamento, a gente fala de doença de veiculação hídrica, que talvez sejam aquelas que mais impactam o sistema único de saúde do nosso país. Quando a gente fala de saneamento, a gente fala de lixões, proliferando o Brasil a fora; e naqueles lugares que os lixões deixaram de existir, a remediação desse passivo ambiental não foi executada. Nós temos aqui, por exemplo, o Jardim Gramacho, em que o aterro foi encerrado e devido a diversos problemas de natureza urbanística e de fiscalização e controle, na região do entorno do aterro de Jardim Gramacho hoje proliferam diversos lixões clandestinos e criminosos, sem que o poder público consiga efetivamente organizar aquele espaço. Quando a gente pensa em saneamento, a gente tem que lembrar que talvez nós estejamos - talvez não -, nós estamos no único município da Região Metropolitana que possui dados de coleta e tratamento de esgoto e dados de abastecimento de água minimamente razoáveis ou que são reconhecidamente quase que um case de sucesso no Brasil. Quando a gente fala de Niterói, nós estamos falando de um município que foge da curva, quando a fala de água e de esgoto, em termos do Brasil. E mesmo falando de um município que possui uma concessão de prestação de serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, que apresenta números realmente consideráveis, nós temos absolutamente todos os nossos rios poluídos, ou temos algum rio em Niterói que não esteja poluído? Que eu saiba não tem.

As duas lagoas do nosso sistema lagunar estão além de poluídas, num estado de desurbanização decadente há décadas. Os problemas da Lagoa de Itaipu e Piratininga não são de hoje; todos nós aqui conhecemos muito bem. E mesmo numa cidade que tem índices vigorosos de tratamento de esgoto, nós temos os corpos hídricos da nossa cidade absolutamente comprometidos. Entendendo que Niterói, dentro do conjunto de municípios da Região Metropolitana, é o único que trata esgoto, como que a gente pensa, em termos de Comissão de Saneamento Ambiental da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em resolver o problema dos outros municípios da Região Metropolitana, que nem uma concessão de água e esgoto tem? Como a gente pensa em resolver o problema ou se debruçar com o problema do saneamento, quando a gente imagina as dificuldades, as problemáticas e todas a diossincrasias que a gente tem, por exemplo, num município como Duque de Caxias, ou Magé, ou Belford Roxo? E isso são municípios volumosos. Niterói tem 700 mil habitantes, 600 mil habitantes; nós estamos falando de Duque de Caxias que tem 1,5 milhão; Nova Iguaçu tem 2 milhões de habitantes. Juntando a Região Metropolitana do Rio de Janeiro nós temos 13 milhões de habitantes. Desse 13 milhões de habitantes, a capital não resolveu seu problema de saneamento ainda. Qual é o percentual de esgoto, hoje, tratado pela capital do segundo estado do Brasil, que é a maior potência da América Latina, quicá do mundo? Nós estamos falando que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com os seus 13 milhões de habitantes, cagam diariamente na Baía de Guanabara. E é isso que acontece. Porque se a gente for entender o percentual de niteroienses que tem esgoto tratado, em cima de 13 milhões, nós estamos falando de quantos por cento? 5%? Niterói representa 5% do entorno da Baía de Guanabara e da Região Metropolitana do Rio, em termos de população. Então, se essa cidade apresentar hoje índices de 80%, ou mesmo dos 90% que são divulgados, ou 70%, isso é quase que um grão de areia na praia. É muito pouco.

Na hora em que nós tivemos a Região Metropolitana com os dados que hoje o Município de Niterói tem, talvez os problemas da Baía de Guanabara estejam num outro patamar de desenvolvimento. Porém, esse município que tem os índices de tratamento de esgoto elevados não conseguiu resolver o problema dos seus corpos hídricos mais relevantes. Nós ainda temos linguas negras por aí, de vez em quando. Aí vem a questão da tomada do tempo seco, que é uma discussão antiga. O nosso amigo Luiz Firmino liderou esse debate da questão da tomada do tempo seco, da questão da tomada do tempo úmido, durante tanto tempo; uma discussão técnica, um debate que precisa ser colocado na mesa, enfrentando com a realidade.

E vou dizer uma outra coisa. Quando a gente pensa em saneamento, a gente também tem que pensar em recurso, e o recurso não é só recurso de investimento. Quanto que já foi gasto com PDBG 1? PDBG 2? Psam 1? Psam 2? Quanto a gente já gastou? Quanto foi investido? Quantos diagnósticos já foram feitos?

Eu tenho um colega, amigo de que eu gosto muito, Engenheiro Carlos Martins, que foi uma das lideranças que montou todo o arcabouço de modelo de planejamento em Portugal, há vinte anos. Ele vem muito ao Brasil. Semana passada, ele estava em Fortaleza no Expo-recita, fazendo uma apresentação, convidado para a palestra de abertura - Palestra Magna. Estive também com ele em Cuiabá, no Congresso da SeMAE, onde ele também foi convidado para a palestra de abertura. Agora o Carlos está mais liberto, e pode fazer essas palestras, mas até pouco tempo ele era o Secretário de Estado de Ambiente e da Transição Energética de Portugal. E o Carlos tem uma frase que para mim é emblemática, que diz o seguinte: "Walter, me chegam muitos planos de saneamento do Brasil; me chegam muitos planos de resíduos, o pessoal manda para dar uma olhada, opinião, e o que a gente percebe é que o brasileiro gosta de fazer diagnóstico, ele está sempre fazendo diagnóstico, só que ele não sabe para onde ele quer ir, ele não tem um prognóstico".

Então, onde os nossos planos de saneamento têm que avançar é para o caminho. Qual é o caminho que nós queremos? Qual é o objetivo que nós temos? Aonde nós queremos chegar? E para poder chegar a esse objetivo, quais são as ferramentas que nós podemos usar? Quais são os instrumentos de políticas públicas que devem ser encerradas para poder conduzir esse caminho? Quais são os investimentos públicos ou privados que precisam ser aportados para se atingir esses objetivos? E uma vez aportados esses investimentos, como fica o custo? O custeio! Nós temos que pagar. Ou não vamos pagar? Também tem essa mentalidade de achar que é imposto. O imposto é uma coisa, pagamento da prestação do serviço é outra.

A questão, por exemplo, dos resíduos sólidos. Nós não vamos resolver a questão do lixo se ninguém pagar o lixo. Quanto que a senhora pagou de lixo, no ano passado? Quanto que o senhor pagou de lixo, no ano passado? O senhor pode não saber. Quanto que o Deputado Gustavo pagou de resíduos pelo lixo que ele produziu em 2018? Ele não sabe, mas ele sabe quanto ele pagou de energia, ele sabe quanto ele pagou de internet. Por quê? Porque a gente paga.

Se você quiser ter internet, você paga. Se você não pagar a sua internet o que acontece? E se você não pagar a sua conta de luz, o que acontece? E se você botar um saco de lixo na frente da sua casa? E se você botar dez sacos de lixos na frente da sua casa? Se eu botar uma geladeira no meio da rua ou um sofá?

Então, a reflexão quando a gente pensa em Plano de Saneamento é que quando a gente fala de saneamento, há quatro vertentes a serem atacadas. A gente tem a captação, o tratamento e a distribuição de água. São três operações: captar, tratar e distribuir. Nós temos a coleta, o tratamento e o descarte do esgoto. E aí nós temos aqui em Niterói uma concessionária que tem diversas estações de tratamento de esgoto; qual é o nosso desafio? Qual é a qualidade do esgoto tratado? O que eu posso fazer com esse volume de água que eu trato? Teria um uso mais nobre do que jogar em qualquer lugar? Até quando a gente vai evitar a colocar o debate do reuso de água na mesa? Não se fala em outra coisa na Europa que não seja eficiência energética das estações de tratamento de esgoto de água, porque o consumo de energia é muito grande, então nós temos que pensar soluções de diminuir a pegada ecológica energética das nossas estações de tratamento. E não se fala em outra coisa que não seja água de reuso. Outro dia, eu vi um caminhão pipa de um caminhão da água de Niterói escrito "água potável", eu fotografei e ia mandar para o pessoal, depois não mandei e também não fotografei. São de serviço. A gente não pode usar água potável para regar planta, poxa? Quanto que custa o metro cúbico da água potável? A planta tem que ser regada com o quê? - com água de reuso. E tem que ser regada.

As nossas estações de tratamento de esgoto - nós temos várias no nosso município - têm que ser transformadas em fábrica de água. E o esgoto está sendo rasgado agora, depois de ter toda a sua situação de drenagem resolvida - toda não, nunca é 100%, mas boa parte das suas questões de drenagem foram resolvidas; coleta, abastecimento de água. A cidade está sendo rasgada agora para fazer abastecimento de água de reuso.

Eu fui colocar no Youtube "fábricas de água", esse conceito já está na Califórnia, Israel, África do Sul, na Ásia de uma maneira geral e na Europa como um todo, porque isso, dentro do conceito do saneamento, está dentro do conceito da economia circular. Nós não podemos mais imaginar que nós vamos continuar tendo um modelo de desenvolvimento econômico, onde nós vamos continuar exaurindo quantidades absurdas de matéria prima, processando essa matéria prima a custos energéticos e hídricos fabulosos, para consumir essa matéria prima industrializada e depois descartar essa bodega de qualquer maneira. Nós não podemos mais pensar nisso.

Os oceanos estão abarrotados de plástico. Até 2050 se não for revertida a gestão das embalagens no planeta, nós vamos ter mais plástico do que peixe nos oceanos, isso está dito. Essa informação é de domínio público, foi divulgada pela primeira vez no fórum mundial de Davos de 2017 ou 2016, mas é uma informação que está circulando na rede há mais de 4 anos. Até 2050, se não for revertido o grau de depósito de embalagens plásticas que são colocadas nos oceanos, vai ter mais plástico do que peixe no oceano. E quando a gente pensa em embalagem, quem são os responsáveis por produzir embalagem no planeta? Quem são? São as empresas que a gente conhece muito bem: de cosméticos, produtos de higiene e limpeza, bebidas, refrigerantes, comida. São essas que colocam embalagens no mercado. E se nós não entendermos que essas empresas também têm responsabilidade pós consumo daquilo que colocam no mercado, nós não vamos conseguir equacionar o problema, por exemplo, do lixo oceânico, lixo marinho, que também é um problema.

Então, pensar o saneamento ambiental, Deputado Gustavo, tem uma série de abordagens que precisam ser encaradas pelo poder público, seja o poder público Executivo, seja o poder público Legislativo e também Judiciário, que tem que saber julgar. Quantas são as ações e intromissões do Judiciário, que às vezes são perniciosas? E aí, vou lhe dar um exemplo, que é fundamental que essa legislatura conheça. Muito recentemente o Ministério Público, junto com o órgão ambiental do Rio de Janeiro, interditou o lixão de Teresópolis. Interditou porque era um lixão, depois virou um aterro controlado e depois virou um lixão de novo, e ele estava com risco de desmoronamento. Então, o órgão ambiental e o Ministério Público fizeram o que tinha que fazer: foram lá e interditaram. E a novela? A novela é o seguinte: o prefeito fez o quê? Recorreu. Ele falou: "se eu não botar o lixo lá, vou botar o lixo onde? Na porta do promotor de Justiça? Na porta do presidente do Inea?" E aí o juiz entendeu que ele não tinha onde colocar o lixo e deferiu uma liminar suspendendo o embargo. A Defesa Civil, que estava junto dessa operação, percebeu que havia um conjunto de residências que tinha risco de ficar debaixo do lixo, se o lixão desmoronasse. E uma meia dúzia de casas foram interditadas. Quatro, cinco dias, uma semana depois da desinterdição desse lixão o que aconteceu? O lixão desmoronou. E foi para cima donde? Das casas que estavam ali embaixo. Teve óbito? Não, porque a defesa civil interditou, porque senão haveria óbito. Sei que estou falando. Está na internet. É só digitar "interdição", o lixão está lá, o nome de todo mundo.

Então, há um caso recorrente que aconteceu agora. O Lixão de Bulhões, em Rezende, funciona a base de liminar. Também foi interditado pelo órgão ambiental e também foi reaberto por uma liminar judicial. Então, quando a gente fala que o poder público, em todas as suas instâncias, precisa compreender a vertente de saneamento ambiental como uma vertente de saúde pública, de desenvolvimento estratégico, de percepção urbanística fundamental para o desenvolvimento das cidades, a gente percebe que o trabalho é bem amplo e diverso. E quando nós falamos de saneamento ambiental, estamos falando de água e esgoto, estamos falando de resíduos sólidos, estamos falando de drenagem, estamos falando de gestão dos recursos hídricos de meio ambiente e de saúde pública.

Eu acho que aqui eu posso encerrar, deputado, agradecendo o tempo para poder tecer aqui algumas reflexões, e, nos colocando à disposição de colaborar naquilo que for possível.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Muito obrigado, Dr. Walter Plácido. Isso que o senhor explanou agora para todos nós é um fato muito triste. Na audiência pública de hoje é notório que todo o estado do Rio tem essa problemática do saneamento, principalmente na metrópole, tendo em vista que, como o senhor bem falou, nós temos algo em torno de 13 milhões de habitantes.

Mas voltando para o caso de Niterói, além de ser uma concessionária que pegou toda a estrutura de uma empresa pública, e compra até hoje - e durante um bom tempo comprou o metro cúbico de água do laranjá a um preço irrisório - tinha a obrigação de ter não só o que eles falam, mas o que a gente cobra. Eu acho que é uma vergonha nos dias atuais nesta audiência não estarem presentes aqueles, de fato, tanto falam, aqueles que, de fato, tanto batem. A prefeitura hoje... está aqui: o retroprojeto vazio. Não tiveram nem sequer o comprometimento com a cidade de Niterói de explicar o que vai ser o Plano de Saneamento Municipal; se vai ter só saneamento básico, como o senhor falou os três itens, ou também se vai ter tratamento de resíduo. Queremos saber isso. Mas, não vieram. Largaram o retroprojeto. Não sei o que aconteceu.

A audiência pública que nós fizemos na UFF também. Eu questioneei e pedi para a Águas de Niterói a quantidade de metros cúbicos que eles compram por segundo da Cedae, e também a quantidade de esgoto tratado dessas oito ETEs, que eles sempre falam muito bem. Qual a quantidade que eles tratam de esgoto nessas oito estações de tratamento? Até hoje não recebi a resposta. E eu quero saber. É muito fácil falar que você tem 94% do esgoto coletado, tratado. Nós sabemos que não é o gerado. Então, isso naturalmente está indo para a nossa baía, fazendo parte desses 5% ou algo em torno, que o senhor falou.

A gente só quer tentar consertar esse passivo todo, porque o nosso trabalho - por sermos da Comissão de Saneamento - é cobrar e fiscalizar a quem de direito essas concessões e todos esses trabalhos que são feitos não só no Município de Niterói, mas também nos outros 91 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Está precário.

Fizemos a audiência do Psam. Cobramos também uma série de números e análises porque a gente sabe que no último Psam foi